

# Utopias Negras é tema da 13ª edição do Festival Latinidades

*O maior festival de mulheres negras da América Latina anuncia a sua primeira edição 100% online e lança manifesto*

O Latinidades - Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha, completa treze anos em 2020. Em função das medidas necessárias para conter a pandemia do novo coronavírus, sua 13ª edição acontece em formato inteiramente online, entre 22 e 27 de julho. O festival programa debates, oficinas, vivências, atividades infantis e literárias, apresentações artísticas e uma novidade: a criação de um espaço de negócios, voltado para promover empreendimentos de mulheres negras da cultura.

O projeto foi realizado pela primeira vez em 2008, no Distrito Federal e, mais que um festival, hoje é plataforma de formação e impulsionamento de trajetórias, saberes e fazeres de mulheres negras nas mais diferentes áreas do conhecimento. A programação dos seis dias de evento será divulgada em breve.negra

**Confira abaixo o manifesto-chamada para o tema de referência que guiará as atividades deste ano:**

## **Utopias Negras**

Se não imaginarmos alternativas, não haverá nenhuma

A , em África e diáspora, tem sido forçada a concentrar-se nas emergências por sobrevivência. A luta por direitos inegociáveis como liberdade, teto, pão, dignidade, cultura, cidadania, saúde física, mental, espiritual e emocional, infelizmente, não é algo novo, sobretudo nas vidas das mulheres negras. Para o desespero de muitos, nossas antepassadas nos deixaram como legado a ousadia de pautar e se articular em torno de muito mais do que apenas sobreviver.

Chegamos até aqui porque as que vieram antes não abriram mão daquilo que

parecia inalcançável: construir e ocupar outros lugares, além dos que foram predeterminados pelo patriarcado e pelo racismo colonial sistêmico. Essas utopias, utopias negras, são tecnologias ancestrais, às quais devemos, mais do que nunca, recorrer como possibilidade de direção agora. Sonhar para combater o absurdo.

Conectadas com histórias de resistência que não nos contaram nos livros, aprendemos que a memória é uma disputa constante e avançamos para o futuro, guiadas pelo pássaro Sankofa. Ele olha para a frente, enquanto se move para trás e nos diz: *“Se wo were fi na wosankofa a yenkyi* - não é tabu voltar para trás e recuperar o que você perdeu”.

Vivendo na prática essa herança filosófica, ancestral e não linear, nos tornamos sementes. E, como afirma o provérbio bantu, a semente é mais velha que a árvore. As utopias de nossas mais velhas nos trouxeram até aqui e nos levarão além.

De 22 a 27 de julho, realizaremos a 13ª edição do Festival Latinidades e, por meio dela, queremos reafirmar que as nossas utopias têm valor e podem mudar o mundo para melhor. Não abriremos mão dos nossos próprios marcos imaginativos, porque já temos um rol de conquistas a partir deles. Utopia para nós é tradição, é fundamento.

Somos um festival multilinguagens, que parte do lugar das artes e da cultura para dialogar, disputar narrativas e fortalecer diferentes saberes de mulheres negras: na academia, na rua, em casa, na escola, no chão de fábrica, na comunicação, nos movimentos sociais, na gestão de políticas públicas, na diversidade infinita das nossas potências e possibilidades de produção de conhecimento.

Somos plataforma de formação, cultura, inovação, impacto social, encontro, encanto, acolhimento, celebração e resistência - em exercício constante de decolonialidade. Queremos compartilhar e conhecer outros sonhos de rebeldia, amor, coragem e transformação. Abrir novas frentes de trocas com outros pares e pautas. Em 2019 saímos de Brasília para São Paulo; falamos sobre “Reintegração de Posse” e acolhemos o debate sobre masculinidades negras. Em 2020 teremos a nossa primeira edição 100% online e queremos

ampliar diálogos com as nossas irmãs indígenas.

A pandemia de Covid-19 escancarou as desigualdades que já estruturavam o planeta e abriu espaço para mais distopias. A luta por sobrevivência se complexificou e tem demandado quase tudo de que podemos dispor. Não está nada fácil. Principalmente sabendo que somos alvos. Contudo, não podemos abrir mão de redesenhar o futuro, a partir das nossas próprias óticas, éticas e utopias. As distopias paralisam. As utopias têm o poder de nos impulsionar.

“Mataram o sonhador e não o sonho” - esse mantra estava em um dos cartazes, empunhados no enterro de Martin Luther King Jr. Mas com tudo o que temos para lidar, será que nós ainda conseguimos sonhar?

Às vezes parece que vamos nos afogar em notícias ruins - umas atrás das outras. Sentimentos, imunidades, movimentos e energias oscilam minuto a minuto. Chegamos a pensar que é impossível, ou até perigoso, nutrir esperança. Mas utopias não são o perigo. Perigoso é, justamente, não sonhar. Estamos acostumadas com frases como: “sonhar não paga contas, é ingenuidade, coisa de criança” (e de que crianças estamos falando, afinal?).

A quem interessa a negação das nossas utopias e do nosso direito a projetar o futuro? Por que apenas uma pequena parcela da humanidade está autorizada a isso? Existe um projeto capitalista, genocida, que quer moldar os nossos sonhos, enquanto nos pressiona a optar entre sonhar ou sobreviver. Mas como sobreviver sem sonhar?

25 de julho é o Dia da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha. No Brasil esse dia foi instituído por lei, em 2014: Dia Nacional de Tereza de Benguela, fruto de anos de articulações dos movimentos de mulheres negras. Pelo décimo terceiro ano, estaremos, mais uma vez, provocando e sendo provocadas a celebrar o Julho das Pretas, como marco de luta das mulheres negras na diáspora. Nossa história nasce de muitas utopias, herdadas e construídas. Não vamos parar. Vilma Reis já nos alertou: “somos a esperança nos escombros”. Então, na mesma lógica do fique em casa, se puder, por favor, sonhe!

---

# Violência sexual, exploração e morte: o drama de mulheres e menores em rota de refugiados

Crianças e mulheres refugiadas e imigrantes sofrem situações de violência sexual, exploração e abusos ao longo da rota do norte da África à Itália, alerta um novo relatório da Unicef, a agência da ONU para crianças.

[\(BBC, 28/02/2017 - Acesse o site de origem\)](#)



Muitas crianças migrantes são detidas em prisões da Líbia./UNICEF/ROMENZI

O documento *A Deadly Journey for Children* (Uma jornada mortal para crianças, em tradução livre) reúne depoimentos de africanos e revela que três em cada quatro crianças contaram terem sofrido agressões e abusos durante a travessia para a Europa.

Além disso, quase metade das mulheres e crianças denunciou abuso sexual, que ocorreu múltiplas vezes e em diferentes locais do trajeto.

“O que acontece com estas crianças durante a viagem realmente chocou a equipe da Unicef e a mim”, afirmou Justin Forsyth, diretor-executivo adjunto da organização.

“Muitas destas crianças foram agredidas, estupradas e mortas durante o trajeto”.

Meninas como Kamis, de 9 anos, que abandonou a Nigéria junto com a mãe. Na costa da Líbia, a família pagou a contrabandistas US\$ 1.400 (R\$ 4.350) pela viagem de barco rumo à Itália.

Complicações da viagem levaram o barco a ser resgatado. Kamis, então, acabou detida e encaminhada à prisão de Sabratha, na Líbia, onde ficou por cinco meses.

“Eles batiam na gente todos os dias”, contou Kamis aos pesquisadores da Unicef. “Não havia comida nem água”.

“Aquele lugar é muito triste, não tem nada lá”, disse ainda.



Migrante olham por trás das grades em prisão da Líbia; em 2016, mais de 180 mil migrantes cruzaram a Líbia rumo à Itália./UNICEF / ROMENZI

Sua mãe, Aza, conta ter deixado a Nigéria pela falta de emprego, mas não sabia que a viagem seria tão perigosa.

“Não me disseram a verdade. Não me disseram os riscos envolvidos, e as dificuldades que eu iria enfrentar”, afirmou.

## **Prisões de imigrantes**

O governo coordena 24 prisões na Líbia que recebem imigrantes ilegais. Outros grupos armados também detêm imigrantes em pelo menos outros dez locais não oficiais.

“Os centros de detenção que são geridos por milícias que nos preocupam”, disse Forsyth. “Lá é onde muitos abusos estão acontecendo e onde nosso acesso é muito limitado”.

Um policial do governo líbio contou que algumas prisões controladas por milícias recebem dinheiro do governo para comprar mantimentos e roupas aos imigrantes.

“Em Trípoli, uma das milícias mais poderosas é conhecida como Sharikan, e ninguém pode chegar perto das áreas controladas por eles”, conta o policial.

“Eles fingem prender os imigrantes que são ilegais e os mantêm em seus centros por um tempo. Eles tiram o dinheiro deles, e os deixam sem comida ou água. Depois, levam-nos a Garanulli, onde balsas estão à espera”.

“Não temos poder sobre estas prisões. Não podemos chegar perto pelo risco de sermos mortos”, conta.

Os migrantes tornam-se vítimas de tráfico humano. A maioria são mulheres e crianças, segundo a ONU. Muitas das vítimas acabam forçadas à prostituição.

## **Rota do Mediterrâneo**

Refugiados e imigrantes de países africanos que deixam suas casas rumo à Itália geralmente percorrem um caminho de mil quilômetros cruzando a

Líbia, desde o deserto, ao sul, até a costa mediterrânea, ao norte.

Em seguida, atravessam mais de 500 quilômetros pelo mar até a Sicília, no sul da Itália.



Migrantes na Líbia correm o risco de caírem nas mãos de guanges e redes de prostituição./UNICEF / ROMENZI

Ano passado, 4.579 pessoas morreram neste trajeto conhecido como rota de migração do Mediterrâneo Central. Pelo menos 700 crianças estavam entre os mortos, segundo a Unicef.

A rota é controlada por redes criminosas que lucram com o deslocamento de refugiados e imigrantes ilegais.

A maioria das mulheres - segundo o relatório - disse ter pago contrabandistas no início da viagem, contraindo dívidas e ficando mais vulneráveis a abusos e tráfico de pessoas.

“Crianças não deveriam ser forçadas a colocar suas vidas nas mãos de contrabandistas porque simplesmente não há alternativas”, cobrou Afshan Khan, diretor regional da Unicef e coordenador especial da Resposta à Crise de Refugiados na Europa.

Os pontos de controle nas fronteiras da Líbia estão entre as áreas mais

perigosas, onde a “violência sexual se tornou generalizada e sistêmica”, diz o relatório.

Mais de um terço das mulheres e crianças entrevistadas disse que os abusadores usavam uniformes ou pareciam associados a alguma força armada. Por isso, a maioria não denunciou os abusos a autoridades.

As histórias de estupro e escravidão sexual se tornaram tão comuns que algumas meninas e mulheres que se aventuram na jornada já tomam precauções, como levar injeções contraceptivas ou levar pílulas de contracepção de emergência com elas.

## **Crianças desacompanhadas**

Em 2016, mais de 180 mil migrantes cruzaram a Líbia rumo à Itália. De acordo com a ONU, 26 mil eram crianças, a maioria desacompanhada.

Issaa, de 14 anos, saiu sozinho da Nigéria há dois anos e meio, mas também acabou numa prisão na Líbia.

“Meu pai juntou dinheiro para a minha viagem, desejou boa sorte e me deixou ir”, contou aos pesquisadores.

“Queria cruzar o mar, buscar emprego, e trabalhar duro para ganhar algum dinheiro e ajudar meus cinco irmãos que ficaram em casa”.

A Unicef cobra mais esforço de organizações para proteger as crianças na Líbia e nos países vizinhos. Uma iniciativa regional, diz o relatório, incluiria um melhor registro de nascimento, a prevenção do tráfico, caminhos seguros e legais para as crianças que fogem de conflitos armados e, quando apropriado, o reagrupamento familiar.

---



# Joyce Anelay: “É mais perigoso ser uma mulher do que um soldado”

De entre as 376 candidaturas apresentadas este ano ao Prêmio Nobel da Paz, vencido pelo Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, estava também o médico congolês, Denis Mukwege Mukengere, ginecologista e Diretor do Hospital de Panzi, em Bukavu, na República Democrática do Congo. Ele é conhecido como o médico que “concerta as mulheres”, pois tem feito de tudo para salvar mulheres horivelmente estupradas no contexto de guerra naquele país da África central. Para este médico, vencedor do Prêmio Sakharov 2014, o “carimbo” dessas violências tem variado conforme as fases da guerra no país, requerendo uma monitorização, para melhor se combater o fenômeno, frisava no Parlamento Europeu em 2011.

[\(Rádio Vaticano, 10/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Sobre o tema do estupro em tempo de guerra já temos falado na rubrica “África. Vozes Femininas” várias vezes, mas nunca é demais voltar a ele, tanto é que o fenômeno continua a ser preocupante no mundo, envolvendo mesmo, nalguns casos, forças de manutenção da paz, como aconteceu por exemplo na República Centro-africana.

A questão do estupro em contextos de guerra é posta em foco, neste mês de outubro pelo mensário “Mulher, Igreja, Mundo”, anexo do jornal do Vaticano l’Osservatore Romano. Da África, à Ásia, à América Latina... com todas as suas nuances, passando por uma entrevista de Silvina Pérez, com Joyce Anelay, britânica, Secretária de Estado, desde 2014, para a Commonwealth e as Nações Unidas... Ela foi uma das principais protagonistas da cimeira das Nações Unidas sobre a reforma da manutenção da paz, em Londres, onde denunciou severamente os abusos sexuais dos capacetes azuis em missão de manutenção da paz... Vamos ver alguns aspectos desta entrevista, mas antes recordemos ainda alguns outros momentos de denuncia deste fenômeno aqui na nossa rubrica: em 211 falávamos do livro da nigeriana Pauline Aweto Eze

sobre isso; em 2012 falávamos com o P. Bernard Ugeux, que se interrogava sobre a atitude que a Igreja na RDC deve ter em relação às vítimas das horrendas e constantes violações sexuais no país. Estará a fazer o suficiente, ou há algo mais que pode fazer para estar mais próxima dessas pessoas? O P. Bernard Ugeux, missionário em Bukavu, oferecia alguns pontos de reflexão e dizia que o fenômeno da violação sexual está a tornar-se banal na RDC. Ele sublinhava também a impunidade geral que há no país e o receio que as pessoas têm de denunciar esses atos por medo de represálias.

\*\*

Mas vamos à entrevista apresentada em “Mulher, Igreja, Mundo”: Silvina Perez, que entrevistou Joyce Anne Anelay, começa por introduzir a questão dizendo que da análise das guerras no mundo nos últimos 30 anos, um dado muito claro: é mais perigoso ser uma mulher que um soldado. Por isso, compreender as modalidades da violência sexual contra as mulheres é uma fadiga necessária pois que a primeira barreira a ultrapassar é precisamente a do silêncio. E ultrapassá-lo é já de per si um ato político. Esta a opinião de Joyce Anelay:

“Com efeito, os dados - diz ela - parecem ser de um boletim guerra. Segundo as agências da ONU mais de 60 mil mulheres foram estupradas durante a guerra civil na Serra Leoa (1991-2002), mais de 40 mil na Libéria (1989-2003), cerca de 60 mil na ex-Jugoslávia (1992-95), e pelo menos 200 mil na RDC durante os últimos 12 anos de guerra. No Sudão do Sul, sempre segundo dados da ONU, verificaram-se mais de 1.300 casos de estupro entre abril e setembro de 2015 só no Estado de Unity e mais de 50 casos de setembro a outubro. Mais ainda: em dez das 16 missões de capacetes azuis operativas em 2014, foram denunciadas 52 casos de estupro de meninas e outras violências sexuais cometidas por soldados, agentes de polícia e voluntários. Em 2015 o número aumentou para 69 (e trata-se apenas dos casos vindos ao de cima). Uma das missões dos capacetes azuis sob investigação desde há meses é a MINUSCA, com quase 12 mil entre militares, políticas e pessoal civil encarregada de ajudar a repor a ordem na República Centro-africana, um país em conflito desde 2012. Depois do estupro dum criança de 12 anos, violentada em agosto passado durante uma

operação confiada a capacetes azuis do Ruanda e dos Camarões, foram descobertos outros casos de violência sexual em crianças de rua. “

**- Em muitos conflitos contemporâneos sem trincheiras, onde os combatentes são paramilitares com alianças ambíguas e volúveis, o corpo da mulher tornou-se num campo de batalha. O que se deve fazer para pôr termo a esta tragédia?** - perguntou Silvina Pérez a Joyce Anne Anelay.

“É desde o século XIX que também os conflitos armados foram submetidos a determinadas normas de direito internacional, mas as guerras do passado eram muito diferentes das de hoje. Assim, as regras jurídicas que regulam os conflitos passaram nos últimos cem anos por uma rápida evolução. Com efeito, antes, o direito tradicional disciplinava somente os conflitos armados entre Estados e considerava combatentes legítimos apenas os membros dos exércitos regulares. Hoje a situação é outra. Tomemos, por exemplo, a República Democrática do Congo, que desde meados dos anos 90 está no centro de uma guerra sem precedentes na história da África pela sua violência e dimensão. Mais de 25 facções rebeldes e nada menos de oito exércitos que se combatem sem trégua. Ali, os estupros de massa em mulheres e crianças estão na ordem do dia (em média cerca de uma violência em cada minuto). Violências perpetradas tanto por rebeldes como por forças estatais de segurança. Novos problemas, portanto, e novos cenários abriram caminho a novas respostas: em 2008, chegou-se a um acordo histórico para pôr termo à violência sexual nos conflitos: a partir daquele momento, estupros e violências sexuais em zonas de conflitos constituem, tal como outros crimes de guerra, graves violações da Convenção de Genebra. Um caminho aberto pela ONU com a Convenção 1820 (...) em que, entre outros aspectos, se define os abusos sexuais contra o gênero feminino uma estratégia para “para humilhar, dominar, assustar, dispersar ou recolocar à força, os civis membros de uma comunidade ou de um grupo étnico”.

**- Como se pode proteger as mulheres?**

“A Resolução das Nações Unidas reconhecem que, longe de ser accidental, esse tipo de violência constitui uma verdadeira e própria tática de guerra. E podemos dizer que no século XX, se por um lado se afirma o estatuto jurídico

do estupro como crime de guerra contra a pessoa, por outro a violência de massa contra a população feminina torna-se parte da estratégia político-militar e instrumento de limpeza étnica, usado para aterrorizar toda a comunidade de pertença. É claro que em tais contextos as normas internacionais são fundamentais, mas não bastam. Precisamente por isso, sobretudo as comunidades católicas e as mulheres das congregações religiosas - muitas vezes as únicas a permanecer durante e depois dos conflitos - são fundamentais. A sua grande determinação e o seu empenho são louváveis. Elas desempenham um papel muito importante na atenção aos mais vulneráveis, em apoiá-los e sustê-los também na procura da justiça. É difícil trabalhar nesses países. Há, por exemplo, entre os africanos, a tendência a dar aos outros a culpa de tudo, uma atitude que exonera da assunção das próprias responsabilidades. Isto está ligado a algumas superstições que tardam a ser extirpadas e que se manifestam na quotidianidade e qualquer motivo parece ser bom para exercer violência sobre as mulheres. Por isso, é necessário não só normas jurídicas adequadas, mas é preciso também que as comunidades possam trabalhar ao lado das vítimas. É necessário inverter rapidamente a rota, combater a impunidade, mas por onde começar? Pela educação: esta é a resposta, mas sem esquecer, naturalmente, a dimensão jurídica. Uma das prioridades do Reino Unido para 2016 é a de enfrentar, por exemplo, a estigmatização dos sobreviventes que são vítimas da violência e por isso são marginalizadas das próprias famílias e comunidades. Eis porque é muito importante a presença do religioso, mas temos de ir para além disso, garantindo às vítimas normas internacionais e uma possibilidade concreta de uma reinserção na sociedade”.

**- O estupro, mais do que o homicídio semeia terror entre os civis, desagrega as famílias, destrói as comunidades e, nalguns casos, modifica a composição étnica da geração sucessiva. O que fazem as nações para cancelar definitivamente a cultura da impunidade em relação a esses crimes que, sabemos, são praticados também entre as fileiras dos peacekeeper?**

“São centenas as mulheres que no decurso de guerras são violentadas e estupradas e não há dúvida de que se trata de uma violação dos direitos humanos. Infelizmente, abusos sexuais da parte de capacetes azuis foram

documentados desde a Bósnia e o Kosovo, até à Camboja, a Timor Leste, à África Ocidental, ao Congo. A ONU já adotou uma linha de “tolerância zero” perante esses crimes e um código universal de conduta que faz parte integrante da formação dos peacekeeper. E quando as acusações de violação da parte de pessoal da ONU são certificadas, os responsáveis são repatriados e banidos para sempre das futuras operações de manutenção da paz. A ONU procura perseguir os casos até onde pode, depois toca aos tribunais e aos governos nacionais fazer a sua parte. A comunidade internacional já reconheceu, finalmente, que a violação sexual não é um problema individual das vítimas, mas mina a segurança e a estabilidade das nações e nesta óptica é necessário exortar os governos do mundo inteiro a respeitarem as suas obrigações acerca dos direitos humanos e a fazerem mais no sentido de prevenir as violações dos direitos humanos e os abusos. O passo sucessivo será relativo a um protocolo internacional para as investigações sobre os abusos em zonas de guerra, e o Reino Unido terá a tarefa de elaborar e definir todos os pormenores com o apoio de diversos peritos internacionais. O Acordo de Londres de 2008 foi um passo histórico, mas não nos esqueçamos de que é preciso partir da cultura se queremos realmente pôr termo à violência, porque o que torna possível os estupros em massa foram e são ainda hoje a subordinação e a discriminação por que passam as mulheres, vítimas de mentalidades e culturas que justificam ou redimensionam os abusos. Todas as forças de paz precisam de ser bem treinadas, equipadas e aprovadas antes de entrarem em ação. Em terra temos necessidade de líderes capazes e corajosos. Esta é a razão pela qual o Reino Unido não é apenas um Estado que treina tropas, mas fornece também programas para melhorar as estruturas de formação e apoiar potenciais líderes futuros. Estamos na primeira linha também no processo de recolha e documentação de provas de estupros ocorridos, a fim de apoiar a formação de tribunais locais nos países onde acontecem esses factos.”

**- Quais são hoje as zonas mais quentes no mundo deste ponto de vista? Pode-nos dizer em que partes do Planeta as mulheres correm hoje maiores riscos?**

“No Sudão do Sul a situação é muito difícil. É desde 2013 que se combate uma guerra civil, uma luta pelo poder entre o Presidente Salva Kiir e o seu

ex-vice Riek Machar. A maior parte da população vive na fome e no desespero e o peso maior, a dor maior, recai sobre as mulheres. Ali estamos perante um caso de “uso maciço da violência sexual como instrumento para aterrorizar e como arma de guerra” - tem várias vezes sublinhado a ONU. Segundo as Nações Unidas, os soldados governamentais e as milícias aliadas são, presumivelmente, os principais responsáveis por violências sexuais em vasta escala, legitimadas ou incentivadas pelas próprias autoridades como recompensa a quem combate (e provavelmente não recebe nenhum salário). A equipa de investigação da ONU denuncia uma espécie de acordo tácito que teria permitido aos militares “fazer tudo o que podiam e apanhar tudo o que encontravam” incluindo o furto de gado e de outros bens. Ali é preciso intervir depressa e eficazmente”.

---

## **Os tristes números do casamento infantil no mundo**

A Unicef, o braço da Organização das Nações Unidas que monitora a situação da infância no mundo, divulgou recentemente um relatório impactante sobre o casamento infantil e que trouxe à tona previsões desastrosas, especialmente para as meninas na África.

**[\(Exame, 04/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

Até 2050, mostrou o estudo, se nada for feito para mudar esse panorama, o número de mulheres adultas que se casaram ainda na infância atingirá a marca de 310 milhões.

De acordo com a entidade, a lentidão na redução da taxa deste tipo de união associada ao crescimento demográfico acelerado no continente são os fatores responsáveis por esse número assustador.

A tarefa de redução desse fenômeno promete não ser nada fácil. De acordo

com um estudo conduzido pela Unicef em 2005 e que investigou as origens desse problema, o casamento infantil é visto como culturalmente aceito em muitas tribos do continente. A pobreza é outro fator determinante desse retrato, já que muitas famílias acabam enxergando nos casamentos uma forma de renda.

Os efeitos dessa prática são nefastos. Ainda nessa pesquisa, a Unicef constatou que a maioria das esposas casadas na infância ou adolescência estão mais expostas à violência doméstica, a maioria delas não conhece métodos contraceptivos e muitas sequer sabem como se proteger de doenças e estão particularmente vulneráveis a serem infectadas pelo HIV.

O panorama desse problema é sombrio. No infográfico abaixo, EXAME.com mostra alguns dos números que comprovam a gravidade dos casamentos infantis.



*Larissa Moreira*

---

## **Possibilidade de epidemia de zika ainda preocupa OMS em África**

Afirmção é da diretora do sector de doenças contagiosas da Organização Mundial da Saúde; Marta Robalo lembra que todos têm um papel para evitar a multiplicação dos mosquitos que transmitem enfermidades como zika e febre amarela.



Apesar da presença do vírus zika ter sido confirmada em poucos países da África, a possibilidade de uma epidemia no continente ainda preocupa a Organização Mundial da Saúde, OMS.

A presença do vírus já foi confirmada em 70 países. O zika está associado à microcefalia em recém-nascidos e à síndrome de Guillain-Barré, que causa paralisia em adultos.

### **Guiné-Bissau**

Em África, casos de zika foram confirmados em Cabo Verde e Guiné-Bissau, país que já reportou também cinco casos de microcefalia desde abril. Uma equipa da OMS esteve recentemente na Guiné-Bissau a analisar várias amostras de mosquitos, sendo que o zika foi confirmado em quatro lotes do mosquito Aedes.

A Rádio ONU ouviu a diretora do Departamento de Doenças Contagiosas da OMS África. De Adis Abeba, Magda Robalo afirmou que há chances de epidemia no continente, sendo que a população tem papel importante na luta contra o mosquito que carrega o vírus.



## **Limpeza**

“Que cada um faça a sua parte para evitar a multiplicação de mosquitos da doença no nosso meio ambiente, nas nossas casas, nos nossos locais de trabalho, nas escolas. Nós sabemos que é preciso uma ajuda do governo e das autoridades nacionais para um combate eficaz, uma luta antivetorial eficaz, mas cada um de nós também pode e deve fazer a sua parte, dar a sua contribuição para reduzir a presença dos mosquitos que transmitem a doença.”

A OMS lembra que para prevenir a picada do Aedes, é importante utilizar repelentes e roupas de cores claras que cubram a maior parte do corpo. Para evitar a reprodução do mosquito, é essencial limpar qualquer recipiente onde possa haver água parada, como baldes, tambores, potes, calhas e pneus usados.

Para reduzir o risco de transmissão sexual e potenciais complicações na gravidez, os parceiros e as grávidas, a viver ou a regressar de zonas onde ocorra transmissão do vírus zika, devem praticar sexo seguro.

***Acesse no site de origem:*** [Possibilidade de epidemia de zika ainda preocupa OMS em África \(22/08/2016\)](#)

---

# **Microcefalia: Zika do Brasil é mais forte que africano**

***(Revista Fapesp, junho 2016)*** Pesquisadores de São Paulo e de outros estados dão por encerrada a fase inicial da investigação da influência do vírus zika sobre os casos de microcefalia. Seis meses após surgirem as primeiras evidências de que esse agente infeccioso estaria por trás do nascimento de crianças com o cérebro pequeno demais para a idade gestacional, a chamada microcefalia, as equipes brasileiras que estudam essa

conexão julgam que já existe informação suficiente para afirmar que o zika causa microcefalia e danos neurológicos.

Várias condições necessárias para comprovar a relação de causa e efeito foram atendidas. Nesse período, registraram-se casos de mulheres infectadas na gestação que tiveram bebês com microcefalia e se verificou que o vírus atravessa a placenta. Identificaram-se particularidades que diferenciam a microcefalia associada ao zika de outras formas do problema e se confirmou a predileção do vírus pelas células do sistema nervoso. Em maio, veio a comprovação que faltava: uma equipe paulista apresentou um modelo animal de microcefalia.

Os pesquisadores usaram a variedade do vírus em circulação no Brasil e demonstraram que ela é mais agressiva do que a africana, isolada em 1947 de um macaco. Na Universidade de São Paulo (USP), o grupo do neuroimunologista Jean Pierre Peron inoculou o vírus em fêmeas de camundongo grávidas e acompanhou a gestação. A cepa brasileira, a ZIKVBR, atravessa a placenta de fêmeas de uma variedade de roedores mais suscetível à infecção por vírus e prejudica o desenvolvimento dos filhotes.

Os roedores nascem com menos da metade do peso normal, têm o cérebro menor e apresentam danos no tecido cerebral semelhantes aos causados pelo zika nos seres humanos. Assim como o vírus africano, o zika brasileiro invade e danifica preferencialmente os progenitores neurais, células que originam os diferentes tipos de células cerebrais e são abundantes no início do desenvolvimento do feto. Mas a variedade brasileira causa morte celular mais acentuada.

Apresentado em 11 de maio na revista Nature, esse modelo permitirá, segundo os pesquisadores, investigar detalhes do mecanismo de lesão do vírus e fazer testes iniciais de compostos candidatos a vacina e a medicamento contra o zika. “Antes não era possível saber se era realmente o zika ou se havia outro fator associado provocando os casos de malformação no Brasil”, conta o neurocientista brasileiro Alysson Muotri, pesquisador da Universidade da Califórnia em San Diego e coautor do estudo. “Nosso trabalho mostra que o zika brasileiro é suficiente para causar microcefalia e outros problemas congênitos”, diz.

“Equacionamos um problema importantíssimo”, afirma o virologista Paolo Zanotto, da USP, um dos autores do estudo. Zanotto coordena a Rede Zika, um consórcio de quase 50 laboratórios paulistas que investigam o vírus com apoio da FAPESP. Ele sabe que nem tudo está resolvido. “Agora”, diz, “precisamos entender a complexidade da epidemia e acompanhar a evolução cognitiva das crianças com microcefalia”.

### ***Fragilidade imune***

Mesmo a variedade mais agressiva do vírus só causou microcefalia nos filhotes de roedores de uma linhagem menos resistente a infecções virais. No Laboratório de Interações Neuroimunes da USP, Peron e sua equipe injetaram o vírus na corrente sanguínea de fêmeas de camundongo prenhes de duas linhagens - a C57BL/6, com sistema de defesa mais robusto, e a SLJ, cujas células produzem menos interferon, um sinalizador químico que as protege da invasão viral. Só os filhotes da linhagem SLJ nasceram menores, sinal de que sofreram restrição de crescimento no útero, e apresentavam danos no cérebro. “Esse modelo parece simular bem o que ocorre na gestação, período em que o sistema imunológico sofre alguma supressão e pode ficar mais suscetível a infecções”, conta a neurocientista Patrícia Beltrão Braga, chefe do Laboratório de Células-tronco da USP e uma das coordenadoras do estudo.

Segundo Peron, esses resultados podem explicar por que nem toda mulher infectada por zika na gestação vai ter um filho com microcefalia. “As características genéticas da mãe parecem importantes para impedir o vírus de chegar ao feto”, diz. Uma de suas hipóteses é de que mulheres com certas variações nos genes que contêm a receita para produzir interferon ou que regulam sua síntese sejam mais suscetíveis à infecção pelo vírus e a ter bebê com microcefalia.

### **Mais agressivo**

A confirmação mais contundente de que o zika brasileiro é mais agressivo do que o africano veio dos experimentos feitos no laboratório de Patrícia Braga. Ela e sua equipe extraem células-tronco do dente de leite de crianças saudáveis e as reprogramam quimicamente para se transformarem em células mais versáteis, os progenitores neurais. Cultivados em suspensão em um líquido nutritivo, os progenitores formam esferas microscópicas

(neuroesferas). Com o tempo, as células da neuroesfera originam diferentes tipos celulares que se organizam em camadas como se fossem minicérebros.

No laboratório de Patrícia, as biólogas Fernanda Cugola, Isabella Fernandes e Fabiele Russo infectaram as neuroesferas e os minicérebros com a variedade brasileira e a africana do zika. Já no primeiro dia, os dois tipos de vírus invadiram os progenitores neurais e começaram a se multiplicar. No quarto dia, as neuroesferas infectadas pelo ZIKVBR tinham um quarto do tamanho das infectadas pelo vírus africano e quase um décimo do tamanho das que não tinham vírus. O zika também causou deformações em sua estrutura. E, quanto maior a quantidade de vírus, mais intensos eram os danos.

Além de deformar as neuroesferas, o vírus impediu que suas células migrassem, fenômeno em que se deslocam e povoam diferentes regiões cerebrais. Minicérebros com zika brasileiro apresentaram redução da espessura da camada que origina o córtex, a camada mais superficial do cérebro e a mais afetada nos bebês com microcefalia causada por zika.

As alterações no tamanho e na estrutura das neuroesferas e dos minicérebros são decorrentes da morte de suas células, que parecem ocorrer de duas formas: apoptose ou morte programada, na qual a célula murcha em face de sinais indicando que não poderá recuperar seu funcionamento normal; e autofagia, em que bolsas contendo ácidos e enzimas se rompem e digerem o conteúdo celular.

No caso do zika, a morte por apoptose é precedida de desarranjos identificados pelo grupo de Patricia Garcez e Stevens Rehen, neurocientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino. A equipe do Rio infectou progenitores neurais com zika e, três dias depois, pediu para Janaina Vasconcelos e João Vianez Júnior, do Instituto Evandro Chagas, em Belém, analisarem o padrão de ativação dos genes, e para Juliana Nascimento, Juliana Cassoli e Daniel Martins de Souza, da Universidade Estadual de Campinas, identificarem as proteínas que estavam sendo produzidas.

Combinadas, essas estratégias revelaram que, uma vez nas células, o vírus

zika passa a controlar o funcionamento delas. Ele impede os progenitores neurais de se multiplicarem e evita que as ordens para o reparo de danos sejam executadas. Também obriga a maquinaria da célula a produzir cópias do vírus. Impossibilitada de retomar a rotina, a célula aciona os mecanismos de autodestruição.

A morte dos progenitores neurais, entretanto, explica apenas parte da redução no número de neurônios. O vírus também desativa a programação que orienta essas células a se transformarem em neurônios. “Já sabíamos que as células morriam, mas a morte celular pode afetar de modos distintos a produção de neurônios”, diz Patricia Garcez. “Identificar essas vias moleculares talvez nos leve a descobrir formas de bloquear a infecção”, diz a neurocientista, que planeja investigar fatores que podem favorecer a passagem do vírus da mãe para o feto.

Esse é, aliás, um dos interesses atuais de Zanotto. Ele e seus colaboradores tentam descobrir se e como outras infecções que a mãe teve antes da gestação ou na gravidez facilitam o acesso do vírus ao feto. Em maio, Zanotto e o médico Mauro Hanaoka descreveram um dos primeiros casos de microcefalia por zika registrados no estado de São Paulo. O bebê é uma menina que nasceu em novembro, na 38ª semana de gestação. Ela é filha de uma mulher de 32 anos que mora em Santos e teve dengue em 2013, além de sinais de infecção por zika no início da gestação. Em julho, quando a mulher tratou uma infecção respiratória, os médicos notaram que o bebê tinha microcefalia e encaminharam o caso para São Paulo. Análises do sangue materno revelaram a presença de anticorpos contra dengue e zika. E ainda contra o citomegalovírus, o vírus do herpes e o parasita da toxoplasmose – agentes infecciosos que podem causar microcefalia e integram a lista dos Storch (acrônimo de sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovirose e herpes).

Com o avanço da gestação, Zanotto e seus colaboradores notaram que a concentração de anticorpos contra *Toxoplasma gondii* alcançou níveis de uma infecção recente. Os pesquisadores não sabem se a elevação representou uma reação do organismo materno ao ressurgimento dos parasitas, que pode ocorrer com a queda da imunidade, ou à proliferação de

células produtoras de anticorpos (expansão policlonal) contra *Toxoplasma*. Mas imaginam que não tenha sido um bom sinal. “Podem ter ocorrido lesões na placenta, tornando mais fácil para o zika invadir os tecidos do feto”, supõe Zanotto.

### **Outras infecções**

O caso de Santos reforça a suspeita de que a ocorrência de outras infecções ajude a explicar a concentração de microcefalia em algumas regiões do país e entre as pessoas mais pobres. A toxoplasmose parece ser uma delas. Entre 13 fatores de risco comuns na gestação, ela foi o único que aumentou a probabilidade de microcefalia causada por zika, segundo estudo publicado no *Bulletin of the World Health Organization*. Estima-se que, em certas regiões do país, até 70% da população já tenha tido contato com o parasita. “Recentemente um ministério informou que 77% dos casos de microcefalia no Nordeste ocorrem em famílias com o IDH [índice de desenvolvimento humano] mais baixo”, conta Zanotto. “Essas pessoas estão mais suscetíveis a esses agentes infecciosos.”

A dengue também preocupa. Calcula-se que de 50% a 80% dos brasileiros já tenham sido infectados pelo vírus e tenham anticorpos contra dengue. Um estudo norte-americano indica que os anticorpos contra a dengue aumentam em até 200 vezes a infectividade do zika.

“Todo esse contexto não pode ser desprezado”, afirma Zanotto, que planeja testar para os agentes Storch os casos de microcefalia a que tem acesso. “A mãe que vive em Santos mora em uma região de IDH baixo”, conta. E explica: “Só saberemos se esses fatores exercem uma influência real à medida que compararmos a ocorrência de manifestações congênitas nos filhos de mães infectadas e com diferentes IDHs”.

### **Projetos**

1. O papel do eixo triptofano-kinureninas na regulação da resposta imune através de receptores de glutamato tipo NMDA na encefalomielite experimental autoimune e na lesão por isquemia e reperfusão cerebral (nº 2011/18703-2); Modalidade Programa Jovens Pesquisadores; Pesquisador responsável Jean Pierre Schatzmann Peron (ICB-USP); Investimento R\$ 1.077.384,82.

2. Abordagem sistêmica no estudo da permissividade do Anticarsia gemmatalis múltiplo nucleopoliedrovírus (AgMNPV) (nº 2014/17766-9); Modalidade Auxílio à Pesquisa - Regular; Pesquisador responsável Paolo Marinho Zanotto (ICB-USP); Investimento R\$ 500.009,45.

3. Desenvolvimento de um teste preditivo para medicação bem-sucedida e compreensão das bases moleculares da esquizofrenia através da proteômica (nº 2013/08711-3); Modalidade Programa Jovens Pesquisadores; Pesquisador responsável Daniel Martins de Souza (IB-Unicamp); Investimento R\$ 1.379.511,67.

### **Artigos científicos**

CUGOLA, F. R. et al. The Brazilian zika virus strain causes birth defects in experimental models. Nature. On-line. 11 mai. 2016.

GARCEZ, P. P. et al. Combined proteome and transcriptome analyses reveal that Zika virus circulating in Brazil alters cell cycle and neurogenic programs in human neurospheres. PeerJ Preprints. 9 mai. 2016.

HANAOKA, M. M. et al. A zika virus-associated microcephaly case with background exposure to Storch agents. bioRxiv. 10 mai. 2016.

***Acesse no site de origem:*** [Cientistas confirmam que a variedade brasileira do vírus Zika é mais agressiva do que a africana \(Revista Fapesp, junho de 2016\)](#)

---

**Segundo Comitê Organizador Rio 2016, praticantes de religiões de matriz africana também podem utilizar o Centro**

# Ecumênico

**(Seppir, 18/08/2016)** A prática de manifestações religiosas de matriz africana durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, assim como as demais crenças não previstas inicialmente, foi garantida pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. De acordo com o Comitê, o objetivo do Centro Ecumênico é “prover apoio espiritual para quaisquer expressões religiosas”, e será “um templo neutro, aberto a todas as crenças”, respeitando “a diversidade de credos e o livre exercício de cultos religiosos”. “O Comitê organizará previamente a agenda de horários para utilização dos espaços e salas junto aos membros de todas as religiões”, e “o cadastramento e a presença dos membros de religiões requisitados serão feitos isonômica e indistintamente”, afirmou o presidente do Comitê, Carlos Arthur Nuzman.

A decisão foi celebrada pela Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça e Cidadania, Luislinda Valois, que havia chamado a atenção para o fato ainda em seu discurso de posse, no dia 6 de julho deste ano. “Hoje mesmo fomos surpreendidos com a notícia de que o Comitê Olímpico Brasileiro reservou um espaço ecumênico na Vila Olímpica para cerimônias religiosas, mas excluiu justamente as religiões de matriz africana. Por quê?”, indagou a Secretária da SEPPIR. Em seguida, o Ministério da Justiça, ao qual a SEPPIR é vinculada, encaminhou requerimento ao Comitê Olímpico solicitando a inclusão das religiões de matriz africana no Centro Ecumênico.

Em reunião com o ministro do Esporte Leonardo Picciani, realizada no dia 13 de julho, a desembargadora Luislinda Valois também solicitou o apoio do órgão para que as religiões de matriz africana fossem incluídas no Espaço Ecumênico durante os Jogos Olímpicos. Para a Secretária da Seppir, apesar dos avanços em relação aos direitos da população afrodescendente, os negros continuam sendo vítimas de um modelo social excludente. Segundo ela, não contemplar as religiões de matriz africana no Centro Ecumênico demonstra mais uma vez o racismo e discriminação contra a população negra e os povos de terreiro.

**Órgãos e entidades defendem a inclusão das religiões de matriz**



## **africana**

No dia 6 de julho deste ano, também o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, por meio da sua Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, recomendou ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 que as religiões afro-brasileiras fossem contempladas em igualdade de condições com as demais.

Já no dia 7 de julho, a Defensoria Pública da União (DPU) encaminhou recomendação ao Comitê Olímpico Internacional e ao Comitê Organizador Rio 2016 solicitando a inclusão das religiões de matriz africana no Centro Ecumênico da Vila Olímpica do Rio de Janeiro. O pedido foi acolhido pelo Comitê Organizador Rio 2016, que garantiu a prática de manifestações religiosas de matriz africana, assim como as demais crenças não previstas inicialmente. De acordo com a DPU, a demanda foi solucionada sem necessidade de ação na Justiça, apenas por meio de recomendação extrajudicial.

***Acesse no site de origem: [Segundo Comitê Organizador Rio 2016, praticantes de religiões de matriz africana também podem utilizar o Centro Ecumênico \(Seppir, 16/08/25016\)](#)***

---

# **Unicef: casamento infantil pode afetar mais de 310 milhões de meninas africanas**

***(Agência Brasil, 09/08/2016)*** Atualmente, mais de 700 milhões de mulheres e meninas no mundo se casaram antes dos 18 anos de idade. Dessas, 17% - ou 125 milhões - vivem na África.

Mais de uma em cada três - o que significa mais de 40 milhões delas - se

casaram antes dos 15 anos de idade. Se os índices atuais persistirem na África, o número de mulheres e jovens que se casaram antes dos 18 anos pode chegar a 310 milhões em 2050.

De acordo com o relatório *Perfil do Casamento na Infância na África*, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a projeção de aumento se deve às lentas taxas de redução no número de casamentos precoces, somadas a um rápido crescimento demográfico.

Na África, diferentemente de outras regiões do mundo, a tendência é de que cada vez mais meninas se casem antes dos 18 anos. De acordo com a projeção, até 2050 o Continente Africano deverá ultrapassar o Sul da Ásia como a região com o número mais elevado de mulheres - entre 20 e 24 anos - que terão casado na infância.

Dados do Unicef lançados em 2014 mostram que enquanto a taxa de casamentos na infância diminuiu ligeiramente ao longo das últimas três décadas, as medidas para evitá-los precisam ser ampliadas de forma dramática, para compensar o crescimento da população.

Na África, o percentual de jovens mulheres que se casaram na infância diminuiu de 44% em 1990 para 34% atualmente. No entanto, com a previsão de que o número de meninas aumente de 275 milhões (2016) para 465 milhões (em 2050), o Unicef estima que, mesmo que haja redução na taxa desses casamentos, o número de meninas noivas vai aumentar.

O casamento infantil é definido como união formal ou informal antes dos 18 anos e é uma realidade para ambos os sexos, embora as meninas sejam desproporcionalmente as mais afetadas.

De acordo com o documento do Unicef, quando as meninas se casam, suas perspectivas de vir a ter uma vida saudável e bem-sucedida diminuem drasticamente, desencadeando muitas vezes um ciclo intergeracional de pobreza. As meninas casadas têm menos probabilidades de terminar os estudos, mais probabilidades de vir a ser vítimas de violência e de ser infectadas pelo HIV. Os filhos de mães adolescentes correm maior risco de nascerem mortos ou morrer no primeiro mês de vida. Além disso, o

casamento infantil muitas vezes resulta na separação da família e dos amigos e na falta de liberdade de participar de atividades comunitárias, que podem ter consequências importantes para o bem-estar físico e mental das meninas.

As mortes maternas relacionadas à gravidez e ao parto são um componente importante de mortalidade de meninas com idade entre 15 e 19 anos em todo o mundo, sendo responsáveis por 70 mil mortes por ano, segundo o Unicef. Se a mãe tiver menos de 18 anos, o risco de o bebê morrer no primeiro ano de vida é 60% maior do que o de um bebê nascido de uma mãe com idade superior a 19 anos. Mesmo que o bebê sobreviva, é mais propenso a sofrer de baixo peso ao nascer, de desnutrição e de desenvolvimento físico e cognitivo tardio.

*Marieta Cazarré; Edição: Graça Adjuto*

***Acesse no site de origem:*** [Unicef: casamento infantil pode afetar mais de 310 milhões de meninas africanas \(Agência Brasil, 09/08/2016\)](#)

---

## **Guiné-Bissau confirma três casos de zika vírus, diz governo**

***(R7, 01/07/2016)*** *Especialistas temiam que país fosse porta de entrada para o vírus na África.*

A Guiné-Bissau confirmou seus três primeiros casos de zika vírus. O país criou um comitê de emergência para tentar evitar que a doença se dissemine ainda mais. As informações são oficiais do governo e foram divulgadas nesta sexta-feira (1).

Especialistas temiam que o país pudesse se tornar uma porta de entrada para a disseminação do zika na África Ocidental, após um surto do vírus transmitido pelo primeiro mosquito encontrado nas ilhas africanas de Cabo

Verde no final do ano passado.

— O ministro da Saúde relatou três casos confirmados de contaminação por zika vírus no arquipélago Bijagós Arquipélago — afirmou o governo, em comunicado enviado à imprensa.

O zika está se espalhando pelo Caribe e pela América Latina. Apenas cerca de 20% das pessoas infectadas apresentam sintomas, que geralmente são leves e incluem febre, dores nas articulações e conjuntivite.

O CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) já confirmou que a doença pode ser transmitida de mulheres grávidas para os fetos e que pode causar microcefalia em bebês.

O governo da Guiné-Bissau disse uma comissão chefiada pelo primeiro-ministro Baciro Dja foi criada e tem como objetivo impor uma série de medidas para conter o zika.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) confirmou em maio que os casos de zika encontrados em Cabo Verde foram similares aos do Brasil, onde mais de 1.400 casos de microcefalia foram registrados em bebês cujas mães foram infectadas com o vírus durante a gravidez.

*Do R7, com Reuters*

***Acesse o site de origem:*** [Guiné-Bissau confirma três casos de zika vírus, diz governo \(R7, 01/07/2016\)](#)

---

# Surto do vírus zika completa um ano

**(Rádio ONU, 06/05/2016)** Primeiro caso confirmado por laboratório no Brasil foi anunciado em 7 de maio de 2015; segundo a OMS, até 4 de maio deste ano, 57 países e territórios informaram contínua transmissão através de mosquitos; nove relataram evidências de transmissão entre pessoas, provavelmente por via sexual.

No dia 7 de maio de 2015, o Brasil confirmou em laboratório o primeiro caso do zika vírus.

Em sua página na internet, a Organização Mundial da Saúde, OMS, publicou um artigo sobre o surto da doença, que está completando um ano.

## **Transmissão**

Segundo a agência da ONU, até 4 de maio, 57 países e territórios informaram contínua transmissão através de mosquitos. Em 44 países, este é o primeiro surto documentado do vírus.

Nove países relataram evidências de transmissão do zika entre pessoas, provavelmente, segundo a OMS, por via sexual.

Nesta semana, Peru e o território de São Bartolomeu foram os últimos a relatar transmissão do vírus zika através de mosquitos.

Seis países confirmaram casos de microcefalia ou de má formação fetal, potencialmente associadas ao zika, ou sugerindo infecção congênita. O país com maior número de casos relatados é o Brasil.

Segundo a OMS, do “contexto da circulação do zika vírus”, 13 países e territórios em todo o mundo relataram um aumento da incidência da síndrome de Guillain-Barré.

A agência afirmou ainda que com base na pesquisa até o momento, há consenso científico de que o zika vírus seja a causa de microcefalia e síndrome de Guillain-Barré.

## **Emergência**

Em 1º de fevereiro deste ano, a OMS declarou a relação entre o zika vírus e o casos de microcefalia e outras desordens neurológicas uma “emergência de saúde pública de preocupação internacional”.

Em uma coletiva de imprensa na data, a chefe da agência, Margaret Chan, afirmou que 18 especialistas e conselheiros olharam, particularmente, para a “forte associação” entre “infecção com o zika vírus e o aumento de casos detectados de malformações congênitas e complicações neurológicas”.

Na ocasião, ela declarou “que os recentes casos de microcefalia e outras anormalidades neurológicas relatados na América Latina, após casos semelhantes na Polinésia Francesa em 2014, constituem uma emergência de saúde pública de preocupação internacional”.

## **Recursos**

Em 25 de abril deste ano, a OMS e parceiros pediram US\$ 56 milhões para combater a epidemia de zika.

A agência da ONU informou que o dinheiro será utilizado para cobrir as operações internacionais de resposta ao vírus.

## **África**

O vírus foi detectado pela primeira vez em 1947, a partir de um macaco na floresta Zika, em Uganda.

Houve registros de surtos da doença na África, nas Américas, na Ásia e no Pacífico.

***Acesse no site de origem: [Surto do vírus zika completa um ano \(Rádio ONU, 06/05/2016\)](#)***